



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

<b>CPI — EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 0120/13	<b>DATA:</b> 19/03/2013
<b>INÍCIO:</b> 15h09min	<b>TÉRMINO:</b> 16h32min	<b>DURAÇÃO:</b> 1h23min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 1h23min	<b>PÁGINAS:</b> 30	<b>QUARTOS:</b> 17

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**ALEXANIA ROSSATO - Representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.**

**SUMÁRIO: Debate sobre a ocorrência de exploração sexual de crianças e de adolescentes em áreas de realização de grandes obras de engenharia.**

**OBSERVAÇÕES**



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião de audiência pública.

Tendo em vista a distribuição de cópias das atas da 22ª Reunião a todos os membros presentes, vou dispensar a leitura da ata.

Dispensada, portanto, a leitura da ata.

Em discussão a própria ata.

Não havendo quem queria discuti-la, em votação.

Os Deputados e as Deputadas que estão de acordo que fiquem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Foi distribuída aos Deputados e às Deputadas presentes a síntese das correspondências recebidas na Comissão, cujos originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da CPI.

Comunico que o Deputado Edmar Arruda, suplente desta Comissão, pelo PSC do Paraná, encontra-se licenciado.

Comunico ainda que o Deputado Ronaldo Nogueira, do PTB do Rio Grande do Sul, passa a integrar a Comissão como titular, em substituição ao Deputado Eros Biondini, que está licenciado; que o Deputado Josué Bengtson, do PTB do Pará, passa a compor esta Comissão como suplente.

Antes de passar para a nossa audiência pública, quero ler a mensagem do Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, que diz:

*“Com meus cordiais cumprimentos, solicito a V.Exa. justificar minha ausência nas atividades desta Comissão no dia 12 de março do corrente, em virtude de estar participando de reunião de Líderes na Presidência da Casa.”*

Também justifico que a Deputada Liliam Sá, Relatora desta Comissão, encontra-se em viagem ao exterior, em uma missão, fazendo um curso para a primeira infância, um curso dirigido à primeira infância, nos Estados Unidos, em Harvard.



Ao justificar, portanto, sua ausência, quero dizer que esta audiência pública acontece a partir da aprovação do Requerimento nº 95, de 2012, de minha autoria e também da Deputada Carmen Zanotto.

Vamos ouvir a Sra. Alexania Rossato, representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB, a quem convido neste momento para compor a Mesa e agradeço a presença.

Nós vamos fazer o seguinte procedimento: vamos passar a palavra para a nossa convidada, Alexania Rossato, da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB, para fazer uma exposição preliminar em um prazo de até 20 minutos. Só lembro que nós continuamos num processo de discussão acerca do impacto das grandes obras na exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós tivemos, na semana passada, a oportunidade de ouvir a Conselheira Tutelar que procedeu a uma denúncia de boates que funcionavam nas imediações, ou no arredor, das obras de Belo Monte. A partir daí, descobriu-se um processo de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós estamos no aguardo e nas tratativas necessárias para trazer a mãe da adolescente e a própria adolescente para que também possam prestar seus depoimentos nesta Casa.

Aprovamos também requerimentos para, depois da Semana Santa, ouvirmos o representante da empresa que está construindo o Complexo de Belo Monte e também os representantes, ou melhor, os gestores das instituições que financiam as grandes obras.

Vou passar então a palavra à Alexania para que ela faça a sua exposição por 20 minutos. Depois, nós abriremos para os Deputados e para as Deputadas que porventura quiserem fazer uso da palavra.

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Boa tarde, Deputada Kokay. Boa tarde à Secretária da CPI e a todos os presentes.

Em nome do Movimento dos Atingidos por Barragens, eu agradeço imensamente vir prestar este depoimento, este testemunho, nesta CPI.

Meu nome é Alexania. Eu sou da Coordenação Nacional do MAB, como a Deputada já falou, e para nós esta CPI tem uma importância bastante grande porque



ela deflagra toda a situação de violação, de violência sexual contra crianças e jovens nas grandes obras e, no caso que vou abordar aqui, na construção de usinas hidrelétricas.

Eu vou fazer uma breve introdução. Posteriormente, vou apresentar um pouco da análise que o MAB faz a respeito do setor elétrico, do modelo do setor elétrico vigente hoje em nosso País. Posteriormente, vou trazer alguns relatos de casos de violações que acompanhamos em três barragens em que o MAB tem organização. E, por fim, algumas considerações finais.

Então, antes de iniciar os casos, como menciono, o nosso movimento, o Movimento dos Atingidos por Barragens, é uma organização nacional e tem organização de atingidos por barragens em 17 Estados da Federação. Na semana passada a nossa organização completou 22 anos de movimento nacional.

Nós nos consideramos os militantes que integram o movimento dos atingidos por barragens. Nós nos consideramos defensores dos direitos humanos, e o tema das crianças e das mulheres e jovens está muito perto das nossas preocupações, tanto que, em 2010, aqui nesta cidade, Brasília, a gente fez um encontro com 600 jovens — o Encontro Nacional de Jovens do MAB —, refletindo toda a problemática da juventude, que envolve esses temas e construção de hidrelétricas. Em 2011, então, a gente, também aqui nesta cidade, Brasília, fez um Encontro Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens.

Nós trabalhamos basicamente com as famílias que são deslocadas das áreas para a construção do lago, da barragem. Esse é o nosso público prioritário, vamos dizer assim.

Para trazer alguns dados, para quem não conhece o MAB ter presente o que é o nosso movimento, no Brasil até hoje são mais de 1 milhão de pessoas atingidas por barragens. Esse dado é antigo — um dado oficial, mas antigo —, do ano de 2000, levantado pela Comissão Mundial de Barragens. No entanto, esse número é muito defasado, inclusive nos dias de hoje, porque nós não temos... As empresas que constroem as usinas hidrelétricas não têm um levantamento real do número de pessoas que são atingidas.



Então, muitas vezes até somos questionados sobre quantos são realmente atingidos por barragens no Brasil. E a gente não tem esse número, infelizmente. Infelizmente esse número é velado em nosso País.

Setenta por cento dos atingidos por barragens no Brasil não recebem indenização por serem deslocados das suas áreas, das suas terras, das suas casas. Então, isso para nós é uma violação dos direitos humanos muito grave.

Depois do processo de privatização do setor elétrico, que se iniciou na década de 90, a violência nos canteiros de obras, a violência nas regiões atingidas por hidrelétricas aumentou consideravelmente. Com a privatização do setor elétrico o atingido passou a ser um custo para as grandes empresas construtoras e hidrelétricas. Então, todo o custo precisa ser minimizado ou inexistente ou excluído. Então, desde o processo de privatização, na década de 90, isso se agravou ainda mais. Se o direito até então era pouco reconhecido, depois desse período, até os dias de hoje, é quase inexistente.

Infelizmente, nós não temos em nível nacional uma política que diga quais são os direitos dos atingidos por barragens e já estamos numa tratativa bastante boa com a Secretaria-Geral da Presidência na construção dessa Política Nacional dos Direitos dos Atingidos, que realmente é uma coisa que se faz necessária nessa condição de construção de usinas hidrelétricas em nosso País.

O modelo hoje implantado para a construção de usinas hidrelétricas... Nós não somos contra a energia elétrica. A gente tem que deixar bem claro isso. A gente é contra a forma como são construídas as barragens e o grande lucro que alguns poucos acumulam. Para a gente ter uma ideia, no ano de 2012, das 12 maiores empresas do Brasil que emitiram dividendos, lucros para os seus acionistas, nove são empresas do setor elétrico. Então, esse é um dado bastante gritante.

E, nos últimos anos, as empresas do setor elétrico só perderam para os bancos na emissão de lucros e dividendos para os acionistas das empresas. Então, isso quer dizer que construir usinas hidrelétricas no Brasil hoje, com o modelo como está, é encontrar a galinha dos ovos de ouro. É uma fonte muito grande, porque a geração hidrelétrica é muito barata.



Por outro lado, o preço que as famílias pagam, que as indústrias pagam também, de certo modo, é bastante caro. E os acordos que são feitos, então, também favorecem muito as empresas que controlam o setor elétrico.

No nosso entendimento, a violação dos direitos das crianças, dos jovens, das famílias atingidas é diretamente atrelada a esse modelo implantado hoje no Brasil, vigente hoje no Brasil. E a gente pode dizer também que a exploração das crianças, dos adolescentes segue essa lógica. Então, acabar com a violência sexual de crianças e jovens em grandes construções e hidrelétricas é inverter essa lógica do modelo do setor elétrico brasileiro hoje instaurado e em vigência no nosso País.

Para não me demorar muito, eu vou apresentar alguns casos. Então, faço este relato ouvindo e lendo o que os nossos companheiros do Movimento trazem para nós das regiões, as falas que eles nos fazem, e também por algumas coisas que a gente já tem presentes e só reforçam aqui e que chegam até a gente através de depoimentos na imprensa, em órgãos da imprensa.

Eu vou apresentar três, quatro casos, desculpe. São situações que acontecem na Barragem de Aimorés, que é na Zona Leste de Minas Gerais; situações que acontecem na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, na Bacia do Rio Uruguai, especificamente na Barragem da Barra Grande; situações que acontecem em Rondônia, na construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, e também, por fim, a situação que acho que já é conhecida da CPI, com mais detalhes, que é o caso de Belo Monte.

Como eu disse, nós não temos sistematizadas essas violações. Aí a gente vai fazer uma solicitação no final da CPI: que nos apoie e que a gente possa contar com a CPI para nos ajudar a sistematizar esses casos de violência sexual de crianças e adolescentes nas grandes barragens. Para nós, não são casos isolados os dessas quatro barragens sobre os quais eu vou fazer o relato aqui, mas são uma situação generalizada no País inteiro.

Então, vamos lá. Começo, então, pelo caso de Aimorés, que é uma barragem construída na Zona da Mata... Desculpe, na Zona Leste de Minas Gerais. E aí eu trago presente aqui para vocês o relatório da Comissão Atingidos por Barragens, aprovado pelo CDDPH — Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Esse relatório visitou, apurou, levantou casos de violação dos direitos humanos em



sete barragens do Brasil, considerando pequenas e grandes barragens distribuídas no território nacional.

Em Aimorés a visita foi feita em julho de 2007, e esse relatório foi aprovado pelo Conselho, então, em novembro de 2010. Então, a visita aconteceu em julho de 2007. Os representantes da Comissão visitaram os assentamentos, realizaram audiências públicas, fizeram contatos com as empresas construtoras e também com os grupos de atingidos por barragens.

Entre os vários problemas de violação dos direitos humanos levantados, como o caso da Barragem de Aimorés, está o surgimento e agravamento das situações de prostituição infantil nessa barragem. Vou ler as palavras do relatório:

*“Grave é a denúncia relativa à infância e juventude, impactada pela brusca mudança nos meios e modos de vida. Um psicólogo, diretor do Instituto Veiga, uma OSCIP de Uberaba com atuação em Aimorés, relatou a situação dramática a que teriam sido lançados alguns jovens e crianças.”*

Eis a fala desse psicólogo:

*“Trabalho no centro de referência de Aimorés. Temos trabalhado com casos no Conselho Tutelar. Tenho casos de prostituição, crianças se vendendo a R\$0,50. Isso a partir da vinda de muitos trabalhadores. E não foi feito nenhum trabalho específico com essa juventude. Houve um aumento significativo do uso de drogas, e não foi feito nenhum trabalho de prevenção. Nossa juventude está sem perspectiva. Eles prometeram que havia emprego, mas não treinaram ninguém. Então não tem emprego.”*

Então, esse é o relato desse psicólogo que trabalha nesse instituto lá na região de Aimorés atingida por essa barragem. Os relatos dos nossos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens que atuam nessa região confirmam esse depoimento, confirmam essa situação de aumento da exploração, da prostituição de crianças e jovens nesse local.



Eu passo para o segundo caso, que é o caso acontecido na Barragem de Barra Grande. Como eu falei, é uma barragem que já foi construída na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Rio Uruguai.

Segundo relatos de militantes do movimento da região, foram construídas 22 casas de prostituição muito próximas ao canteiro de obras da barragem. E o relato, então, é que os agricultores daquela região alugavam as suas terras para o consórcio construtor da barragem, e o próprio consórcio construía essas casas de prostituição muito próximas à entrada do canteiro de obras.

O segundo caso, na mesma barragem, já então acontecido com os próprios atingidos, com as pessoas da localidade... A gente tem o número de 300 crianças, de meninas da região que engravidaram dos trabalhadores das obras. Depois esses trabalhadores saíram, e elas tiveram que criar seus filhos, criar essas crianças sozinhas. Então, é uma situação bastante grave, porque a criança já nasce sem o direito básico, sem ter a identidade do pai, sem ter a identidade paterna reconhecida. Essa é uma situação que não ocorre só lá naquela região. É uma situação generalizada, quando o aumento do número de trabalhadores é significativo em uma região, principalmente, majoritariamente, do sexo masculino, para a construção das usinas.

Vou entrar no terceiro caso, então, que eu relato aqui, que é o caso das Barragens de Santo Antônio e Jirau, uma já construída e outra em construção, no Rio Madeira, em Rondônia, próximo à Capital, Porto Velho.

E, aí, eu trago a *Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente*, da Plataforma DHESCA, de abril de 2011, que trata das violações de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira.

Segundo esse relatório, então, os estupros tiveram um crescimento de 208% entre 2007 e 2010; 2007 é o ano de início da construção da barragem. De 2007 a 2010, foi atingido um número de 392 estupros, sabendo-se que, no ano antes do início da contagem, tinha sido de 127. Então, houve esse aumento estrondoso depois do início da construção das barragens.

O segundo dado desse relatório é que a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual subiu 18% na cidade de Porto Velho, na Capital de Rondônia.



Há uma outra pesquisa, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Rondônia, feita em parceria com a UNIR, que é a Universidade Federal de Rondônia, e a PETROBRAS. Segundo essa pesquisa, nas áreas impactadas pela construção das duas barragens, apenas no ano de 2009 e 2010, os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes mais que dobraram. Apenas o número de denúncias registradas em hospitais e delegacias da cidade passou de 306 para 639, apenas em três Distritos de Porto Velho, que são Mutum, diretamente atingida pela Barragem Santo Antônio; Abunã e Jaci Paraná, diretamente atingida pela Barragem de Jirau.

Esse Distrito de Jirau é especialmente importante para esta CPI. Ele fica a 90 quilômetros da cidade de Porto Velho. A população, que, antes do início da construção das barragens, era de 6 mil moradores pulou para 20 mil moradores depois da chegada dos operários.

O relato dos nossos companheiros militantes do MAB daquela região é de que os bordéis, as casas de prostituição, se proliferaram às margens da BR-364, nesse que é... o Distrito de Jaci cresceu no entorno dessa BR, e esses bordeis disputam espaço com todos os outros tipos de comércio, seja açougue, igreja, enfim, farmácia.

Os relatos das nossas militantes, companheiras do MAB, que, no ano de 2012, num projeto conjunto com a ONU Mulheres, desenvolveram um trabalho bastante consistente de organização das mulheres atingidas pela barragem, na região... Segundo relato de uma mãe, não sabia mais o que fazer com a filha, que tinha 16 anos e já tinha três filhos, fruto dos programas que essa menina, que essa criança fazia na região. O relato dessa mãe é um caso apenas do que acontece nesses locais.

A constatação é que com a desestruturação familiar, a falta de políticas públicas mais consistentes nessa área, a exploração sexual acaba sendo o caminho que muitas jovens, muitos jovens encontram como sobrevivência, infelizmente.

Há uma reportagem bastante boa, muito importante, no meu ponto de vista, de uma revista renomada chamada *Fórum, Revista Fórum*. Vou fazer uma leitura rápida de trechos que selecionei e que acho que ilustram um pouco a situação:



*“A grande concentração de pessoas, predominantemente do sexo masculino, em um lugar isolado e empobrecido, causou forte impacto. ‘As meninas que viviam de maneira pacata estavam acostumadas a brincar e a pescar de acordo com os costumes locais. Depois disso, começaram a ser mais assediadas e a ter contatos com as relações de consumo.’*

*Na opinião da diretora da escola local, o assédio às alunas ficou incontrolável. ‘Veio uma quantidade exorbitante de homens para cá por causa das obras, e as meninas já aprenderam, inclusive, a diferenciar os cargos mais elevados pela cor do uniforme que eles usam’.*”

Essa diretora conta que costuma vigiar, então, a movimentação no entorno da escola e que, constantemente, os carros buscam as adolescentes. E por elas identificarem o uniforme do trabalhador, elas preferem, então, ir com os engenheiros. Ainda segundo essa *Revista Fórum*, uma entrevista com uma moça chamada Solange, que tem 15 anos:

*“(...)desistiu das salas de aula quando fazia a antiga 4ª série. Sonhos? ‘Tenho não, senhora’, diz. Pela primeira vez, ela começa a se preocupar com o que será do amanhã. A menina está grávida de três meses, fruto do envolvimento rápido com um dos milhares de ‘camargueiros’ — como são chamados, na região, os operários da construtora Camargo Corrêa. O namorado paraense chegou a Rondônia com o pai, tios e primos para tentar emprego na Usina de Jirau. Quando soube do bebê, disse que não era dele e se negou a ajudar. Solange pensa em voltar para a escola, mas admite que, a partir de agora, tudo será mais difícil.*

*A amiga Daiane\* vive um drama parecido. Ela conta que os ‘homens da firma’ conquistaram as garotas oferecendo bebidas, drogas, dinheiros e até comida em*



*troca de favores sexuais. Com 15 anos, já foi casada duas vezes, e o último relacionamento, com um ex-funcionário das obras, acabou em decepção. Ela tem quase certeza de que está grávida. Ainda não teve a coragem de fazer o teste, mas diz que sente muito sono e enjoo, e, por isso, não consegue mais ir à aula. Se confirmar a suspeita, já decidiu pelo aborto.*

(...)

*De acordo com dados da Maternidade Municipal de Porto Velho, a gravidez na adolescência apresentou um aumento significativo nos últimos anos. (...) o índice de partos realizados em meninas de 10 a 19 anos está em torno de 28% do total de atendimentos” — de 10 a 19 anos.*

Vou passar para o quarto e último caso então, que acredito que seja bastante conhecido dessa CPI, que é o caso de Belo Monte. Ainda segundo a Plataforma DHESCA, quando as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte se intensificaram, em 2010 e 2011, constatou-se então um aumento de 18,75% de crimes sexuais nos 11 Municípios impactados pela construção da usina e um aumento de 75% na cidade de Altamira, que é a mais impactada das 11.

Vocês então já sabem do caso da moça de 16 anos, que fugiu de uma dessas casas, que procurou então a representante do Conselho Tutelar, que fez a denúncia à polícia. Então, todo esse caso virou... Ela esteve na última sessão e contou, então, com certeza, todos esses casos. Depois daquele, outras boates foram fechadas e outras meninas e moças foram resgatadas dessa situação.

Um pesquisador da Universidade do Pará que estuda violência sexual contra crianças e adolescentes na região disse que o número de denúncias cresceu muito nos últimos anos e que há 170 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas na 5ª Vara da Justiça Estadual de Altamira; 5% desse total de 170 casos de violência sexual são sobre a exploração sexual.

Infelizmente, esse é um dado real e o aumento da população local desde o início das obras pode ter uma relação direta com o aumento do número de casos de



prostituição e de violência sexual na região. O Município de Altamira tinha 99 mil habitantes; em 2010, no ano passado, ele tinha 145 mil habitantes. Então, em 2 anos, aumentou de 99 mil para 145 mil habitantes, o que desestruturou todas as condições do Município. Quem sofre as consequências disso são realmente os moradores da região e, no nosso caso de estudo, as meninas, enfim, as adolescentes e os jovens daquela região.

Até agora, segundo o próprio consórcio construtor da barragem, são 20 mil operários que estão construindo a barragem de Belo Monte. Esse número de trabalhadores é enorme, considerando aquela situação daquela cidade.

Queria passar para o encerramento da minha fala, dizendo que esses casos não são isolados, que essas meninas, muitas vezes, são iludidas, são levadas a ir até esses pontos de construção de barragem, até a essas áreas, pensando que vão melhorar de vida, que vão encontrar dinheiro fácil e quase sempre isso não acontece. A realidade é muito diferente.

Há indícios, a gente não pode afirmar, mas há indícios de que os consórcios têm, sim, relação com o aumento da exploração sexual nas regiões. E eu aponto aqui alguns: o fato de as boates serem muito próximas aos canteiros de obras. Se os consórcios construtores não são diretamente responsáveis, no mínimo eles são coniventes com o que acontece com essa situação.

Em depoimentos na imprensa, as moças contam, falam que os operários, que os gerentes, inclusive, frequentam essas boates, boates luxuosas que trouxeram garotas brancas e altas. Essas meninas eram destinadas a pessoas de dentro do consórcio com escalão maior. Isso é muito grave também.

Por fim, então, depoimentos dos nossos militantes do MAB de Rondônia nos trazem a informação de que no caso de Rondônia, especificamente, na construção das duas usinas, os trabalhadores recebiam uma espécie de vale-alimentação, um cartão com uma espécie de vale-alimentação, e que com isso era possível pagar as casas de prostituição. Então, esses fatos são indícios bastante fortes de que há uma relação próxima, uma conivência dos consórcios construtores com essa situação instalada nas regiões de barragens.

A gente então conta, nós do Movimento dos Atingidos por Barragens, pelo respeito a esse tema de investigação desta CPI, com o apoio para intervir, para



mudar, para alterar essa situação, essa conjuntura nessas regiões. Nós nos colocamos à total disposição para acompanhar, para ajudar, para contribuir com a Comissão nas viagens que, porventura, venham a ser feitas aos Estados. Nós nos preocupamos realmente com a condição de exploração das mulheres, as que vêm de outras regiões e as moradoras locais.

Solicitamos, então, que se faça uma intervenção bastante firme nos casos que eu apontei aqui, mas especialmente em Belo Monte e em Rondônia. Os casos realmente são graves.

Então, por fim, contamos com o Estado brasileiro para a criação dessa política dos direitos dos atingidos por barragens em nível nacional, que até hoje nós não temos.

Muito obrigada. Desculpa ter passado um pouquinho. Espero ter elucidado alguns casos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Alexania Rossato. É um prazer tê-la aqui. Agradeço muito a sua contribuição.

Estamos aqui já com o Deputado Jean Wyllys, que é o 2º Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Antônia Lúcia, o Deputado Arnaldo Jordy e a Deputada Rosinha da Adefal também. Vamos neste momento abrir para que sejam feitas perguntas. Estão inscritos o Deputado Arnaldo Jordy e, em seguida, o Deputado Jean Wyllys.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu queria só fazer uma breve referência ao depoimento, aos esclarecimentos prestados e aos dados prestados aqui pela Alexania Rossato, do MAB, e dizer que essa situação é infinitamente mais grave do que esses números e essas estatísticas nos revelam.

Eu tive a oportunidade, junto com o Deputado Cláudio Puty, o Deputado José Augusto Maia, de estar lá numa audiência pública em Altamira, na região da Barragem de Belo Monte. Estivemos lá em Vitória do Xingu e fomos até à boate, o prostíbulo onde essas mulheres foram resgatadas.

Essa boate se encontra dentro do canteiro de obras, é uma coisa surreal, quer dizer, absurda. Nós tivemos que passar por duas guaritas, inclusive com servidores do Consórcio Belo Monte, servidores fardados com o *slogan* do



Consórcio de Belo Monte, numa viatura da Polícia Federal, e tivemos que ser autorizados por eles para chegar até à boate, à vila onde se encontra essa boate.

Eu não poderia afirmar que houve um patrocínio disso por conta do Consórcio, mas que houve uma cumplicidade visível, inquestionável, impossível de não sê-la, é a conclusão óbvia que se chega, porque não é possível funcionar, naquelas condições que funcionavam lá, um cubículo, e essas mulheres depositadas, o cubículo só com uma cama de madeira bruta, caiada e nada mais, sem janela, fechadura só pelo lado de fora e nada mais, nem banheiro, nada, nem ventilador, nada — essas mulheres confinadas nessas condições.

Então, nós ouvimos também os presos, o Adão, que era o dono da boate, a sua esposa, o Alemão, que era o garçom, uma espécie de faz tudo, e ouvimos o gerente, o Chico. Esse Adão já foi condenado em Rondônia, lá em Jirau, a boate fechada, foram presos ele e a mulher. Tinha vindo de Santa Catarina, onde uma boate dele também foi fechada numa área de barragem, originário do Rio Grande do Sul, também nas mesmas condições.

Então, não é um cidadão que resolveu ganhar a vida e inadvertidamente abriu uma boate e lá foram flagradas mulheres etc. e tal. Não, esse é um delinquente contumaz desse tipo de prática. As meninas foram atraídas do Rio Grande do Sul, elas não chegaram lá livremente, e submetidas a essas condições de que todos nós ficamos sabendo.

Então, é preciso — e aqui fica uma sugestão que nós fizemos ao Ministro da Justiça — ser um pouco mais rigoroso no estabelecimento desses projetos que acabam se transformando em verdadeiros enclaves. Pelo menos na Amazônia tem sido assim. E nós já sabemos o que aconteceu em Tucuruí há 30 anos. Hoje, o MAB, os Atingidos por Barragens em Tucuruí, 30 anos depois, ainda estão reivindicando da ELETRONORTE *kit* antimalária e cesta básica, 30 anos depois.

E nós estamos vendo esse filme se repetir. E ainda há oito projetos de barragens de hidrelétricas na Amazônia, no Estado do Pará.

Quer dizer, se nós não fizemos alguma coisa agora para mudar esse “paradigma de desenvolvimento”, entre aspas, que atende meia dúzia de empreiteiras, uma matriz energética que no Brasil é equilibrada, nós precisamos exigir que esses consórcios tenham um pouco mais de contrapartida, no sentido das



condicionantes sociais, ambientais, para que pelo menos se possam minorar os efeitos colaterais perversos e negativos, que são previsíveis.

O que aconteceu em Belo Monte é a tragédia anunciada. Só o Ministério Público Federal tem 14 ações tentando discutir, não no sentido de inviabilizar o projeto, mas de garantir que as condicionantes possam ser minimamente cumpridas, para que se evitem tragédias que se abatem sobre a condição humana — crianças, índios bebendo, de 11, 12, 14 anos. Coisa que não se via em Altamira há algum tempo atrás, vê-se hoje: jovens indígenas bebendo no bar da esquina às 11 horas da noite, fazendo a mendicância, praticando a mendicância em Altamira, que, como você disse, recebeu esse fluxo migratório. O que acontece nas cidades, em 10, 15, 20 anos, acontece em meses. De 30 mil a 35 mil homens invadindo uma região de 100 mil habitantes. Evidentemente que os efeitos perversos disso inevitavelmente acontecerão.

Então, quero só deixar isso como recomendação. Acho que precisamos cobrar das autoridades concedentes desses licenciamentos uma postura um pouco mais rígida no sentido de se tentar minimizar esses efeitos, pelo menos minimizar os efeitos dessa coisa. O que aconteceu em Belo Monte aconteceu em Jirau, aconteceu em Santo Antônio e vai acontecer, se nada for feito, em todos os outros projetos que estão previstos.

Era isso que eu tinha a dizer.

Meus parabéns pelo seu depoimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Arnaldo Jordy.

Vou passar a palavra ao Deputado Jean Wyllys e à Deputada Antônia Lúcia.

Justifico que a Deputada Rosinha da Adefal não está passando muito bem, sofreu um acidente algum tempo atrás — acho que todos sabem — e disse que precisava descansar em função desse acidente.

Passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys e, em seguida, à Deputada Antônia Lúcia.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Obrigado, Presidenta.

É Alexânia ou Alexania?

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Alexania.



**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Alexania, nós também ouvimos nesta CPI relatos de mulheres prostitutas que disseram que encontram dificuldade de fazer denúncias de exploração sexual nas casas de prostituição, porque elas são submetidas a ameaças de morte pelos exploradores sexuais.

Eu queria saber se o Movimento dos Atingidos por Barragens tem ouvido essas mulheres que são prostitutas, que escolheram ser, que trabalham como tais, e que, eventualmente, flagram casos de exploração sexual de meninas, de crianças e adolescentes, e não têm como, não têm segurança jurídica para fazer a denúncia, porque elas mesmas são vítimas de um estigma que o serviço que elas prestam produz.

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Infelizmente, Jean, o trabalho de chegar aos prostíbulos é muito perigoso, inclusive. E nós, principalmente em Rondônia, não conseguimos fazer isso nessa missão que fizemos com a ONU Mulher. É uma pressão muito grande. A gente sabe que interesses políticos e econômicos muito fortes circundam isso, circundam esse — como é que eu vou dizer —, essa situação toda.

Infelizmente, nós não temos estrutura, não temos condições para fazer uma investigação a sério, para fazer uma investigação a fundo, ajudar na denúncia disso.

Por isso que a gente conta, então, com a CPI para nos ajudar a fazer isso, a levantar esses casos, a denunciar. Muitas dessas casas aparentam uma faixa de bar, de pensão e outras coisas. E a gente sabe que é só a faixa.

Então, infelizmente, a gente não tem estrutura, condição para fazer, para contribuir mais efetivamente no local onde acontecem essas violações.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Mas vocês têm a chance de dialogar, por exemplo, com o movimento político organizado das prostitutas no Brasil. E seria... Como sugestão para o trabalho de vocês, que vocês dialogassem com o movimento político das prostitutas, que fazem uma distinção muito clara entre uma coisa e outra e querem colaborar inclusive no enfrentamento desse crime.

Elas estão numa luta por regulamentação do serviço que elas prestam, numa luta por distinguir um instituto do outro e, portanto, colaborar na exploração sexual de crianças e adolescentes e de mulheres também, porque a exploração não é só de crianças e adolescentes. Há mulheres sendo exploradas nessas casas, mulheres



que não escolheram prestar esse serviço, que foram enganadas, que foram traficadas internamente e que estão lá em regime de escravidão sexual. Essas mulheres também são exploradas. A exploração não atinge só as crianças e adolescentes, mas também as mulheres.

E o movimento das prostitutas, o movimento político quer colaborar no enfrentamento desse crime, porque a prostituição não é criminalizada em nosso País, não é crime, mas a exploração sexual é, sim, crime, e tem que ser tratada como tal.

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Eu acho que é uma boa dica essa sua, Jean. Que a gente faça, então, essa relação com essa organização de mulheres que tem a mesma preocupação que nós, para levantar e cada vez mais formalizar denúncias em órgãos de defesa dos direitos humanos em nível nacional e internacional, inclusive.

A relação que a gente tem, até então, é com a Marcha Mundial de Mulheres, que também tem a mesma preocupação com esses casos que avançam na construção de grandes obras em geral, no nosso caso, em particular, as barragens.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Com a palavra a Deputada Antônia Lúcia.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Eu quero parabenizar a nossa Presidente Erika Kokay e o nosso Vice, por terem conseguido meios para realizar esta audiência pública, e parabenizar a Dra. Alexania Rossato, pelos esclarecimentos.

E vou até ressaltar a fala do nosso Deputado, Vice-Presidente Jean, nesta Comissão, em que pede e dá como orientação, dica, a questão de as pessoas aprenderem a distinguir entre associação das prostitutas e as moças que estão sendo exploradas contra o seu desejo. Eu acho que isso é o fato número 1 para poder começar a solucionar essas questões.

Mas eu lhe pergunto se, diante de todo esse levantamento, de todo o relatório que a senhora dispõe no momento para nos esclarecer, esses dados são encaminhados para, como se trata também de crianças e adolescentes, se eles são encaminhados para, no caso, as Varas de Infância e Juventude e se os Conselheiros Tutelares estão envolvidos na busca de solucionar esse problema.



No caso de nascimento de crianças que dão à luz outras crianças, a Defensoria Pública pode também prestar um relatório grande, porque essas moças futuramente vão buscar a pensão alimentícia?

Eu gostaria de saber qual é o encaminhamento que a senhora dá diante de todo esse relato social que a senhora tem.

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Como eu falei no começo, a gente não tem sistematizado esses dados em forma de documento. A fala que eu fiz foi muito baseada em relatórios da Plataforma DHESCA, no relatório do CCDPH, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, já de conhecimento público, em diversos locais, no nível federal, no nível estadual e local. Esse relatório teve uma repercussão bastante grande nos locais onde houve o levantamento dos dados. Além disso, então, o meu depoimento se baseou muito no que nós ouvimos dos nossos companheiros do MAB, que estão nas regiões de áreas de construção de barragens.

Nosso movimento, até este momento, não tem tido o encaminhamento concreto junto aos Conselhos Tutelares, junto a promotores públicos, ao Ministério Público.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Às Varas da Infância e da Juventude.

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Às Varas da Infância e da Juventude. Eu acho que isso é mais uma tarefa, um bem à sociedade brasileira que esta Comissão pode vir a fazer com o desenrolar do seu trabalho. Junto, claro, com as organizações sociais, como os movimentos sociais, no caso do MAB, com a organização das mulheres prostitutas, com outras organizações e movimentos sociais, ONGs que têm as regiões.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Correto. Eu estou satisfeita.

Deputada Erika Kokay e Deputado Jean, qual o encaminhamento, assim, que hoje nós vamos dar após as declarações da Dra. Alexania Rossato? Vamos encaminhar essa questão para os Conselhos Tutelares? Vamos encaminhar para o Ministério Público? Que tipo de encaminhamento esta CPI dará agora diante do depoimento da representante da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, que nos traz esse relatório que considero, assim, bombástico?



**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Deputada Antônia Lúcia — a Deputada Erika Kokay vai poder falar depois —, esta CPI dispõe de uma Relatora, que é a Deputada Liliam Sá, que no momento não se encontra porque está em viagem. Mas a CPI vai produzir um relatório, e esse relatório vai trazer não só um diagnóstico da situação da exploração sexual no Brasil, hoje, de crianças e adolescentes no Brasil, não só nas imediações das grandes construções, mas outras modalidades também de exploração sexual em outros Estados.

Esse relatório vai ser produzido não só traçando diagnóstico, mas apontando soluções possíveis que envolvem o Legislativo, ou seja, elaboração de políticas públicas — desculpem-me —, de proposições legislativas, alteração de legislações já em vigor, indicação de políticas públicas para o Executivo nos três entes federados, quer dizer, a União, os Estados e os Municípios, e também sugestões de como o Judiciário e o Ministério Público podem agir dessa maneira.

O relatório será encaminhado para a imprensa, que tem um papel também fundamental no enfrentamento dessa questão, e para a sociedade civil.

Então, é o que a gente pode dizer neste momento, Deputada Antônia Lúcia.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Claro.

Então, eu gostaria de perguntar mais acerca... Deputada Erika, seria interessante... Eu não sei, mas eu acredito que não, a CPI já esteve exatamente fazendo uma audiência pública onde...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vai ser feita. Há uma diligência aprovada nesse sentido.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Parabéns.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Nós já realizamos oitivas e diligências em diferentes partes do Brasil. Mas essa, na região de Belo Monte, está marcada.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Assim, a título de sugestão, e se nós trabalhássemos na questão de regionais: Norte, Nordeste? Porque nós sabemos que esses crimes ocorrem mais nas regiões onde há extrema pobreza. Um estudo feito baseado em relação ao Norte e ao Nordeste desses casos que ela acaba de nos relatar.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Mas, olha, a gente também... Eu concordo com V.Exa.



**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Para ficar mais detalhado o mapa, o mapa.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Não, eu concordo com V.Exa. Sim, há um mapa elaborado, até porque já houve outra CPI da Exploração Sexual aqui, nesta Casa, que foi conduzida inclusive pela nossa atual Ministra dos Direitos Humanos, a Maria do Rosário, que também já traçou um diagnóstico, já resultou em alterações legislativas. Enfim, já há um mapa da exploração sexual. Mas a exploração sexual de crianças e adolescentes não se circunscreve apenas aos Estados do Nordeste e do Norte. Há exploração sexual de crianças e adolescentes, por exemplo, na Rocinha, no Complexo da Maré, em pleno Rio de Janeiro, que é uma cidade do Sudeste, uma cidade que é vitrine do País.

Então, a gente tem que lembrar que a exploração sexual não está circunscrita, porque a gente pode criar e cair num estereotipo. É claro que a situação de pobreza e a de extrema pobreza vulnerabiliza ainda mais as crianças e os adolescentes. As questões étnicas vulnerabilizam muito mais as crianças e os adolescentes — as meninas negras, as crianças indígenas, as meninas indígenas. Há outras posições de sujeito que vulnerabilizam mais as crianças, no caso da exploração sexual ou da escravidão sexual.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Deputado Jean, esse caso, apesar de ela não ter relatado nenhum... Eu cheguei atrasada, mas vale ressaltar que essa exploração também não se dá só no contexto da mulher, feminino. Nós sabemos que os meninos, também há uma faixa etária que precisa...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Mas bem menos, muito menos.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Bem menos.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Muito menos.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Muito menos. Mas é preciso também a sociedade ter um conhecimento de como se dá tudo isso. E eu acredito que isso é objeto da nossa CPI.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Sim, claro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu queria registrar a presença do nosso querido Deputado Paulão, que é do PT de Alagoas, e passar a



palavra para a Alexania, para que possa fazer suas considerações e para que a gente caminhe para o encerramento.

**A SRA. ALEXANIA ROSSATO** - Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer por este espaço, em nome do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Para nós, esta CPI, como eu disse, tem um papel extraordinário de expor para a sociedade brasileira esses problemas todos que, muitas vezes, permanecem velados. E, para que ele funcione, é bom que permaneça velado para os principais interessados nisso. Cabe às organizações sociais e a esta Casa desvelarem essas situações que agridem a estrutura das famílias, a estrutura das pessoas.

Imaginem vocês, para uma criança, uma jovem que, na sua juventude, é explorada sexualmente, como é a condição de vida para o resto da sua vida.

Então, é um papel extraordinário que esta CPI está fazendo, de levantar esses casos em nível nacional, buscar a intervenção direta nesses locais. Como foi colocado aqui pelo Deputado, que os consórcios tenham, realmente, obrigação de apurar isso e de não serem coniventes com a implementação dessas casas de prostituição nos locais onde acontece a construção de usinas hidrelétricas.

O nosso pedido, reforço o nosso pedido: a gente conta com a CPI, conta com a Presidente, conta com os membros da CPI para fazerem essa investigação e desvelarem todo esse mal que assola tantas crianças e tantos jovens no nosso País, na construção de grandes obras e, nesse caso, em especial, na construção de usinas hidrelétricas.

Nós temos uma riqueza tão grande, tanta água, tantos rios, uma energia que pode ser gerada a um baixo custo, como é a hidrelétrica. Então, por que carregar esse mal, que é a prostituição, a exploração sexual de jovens e crianças?

A nossa matriz energética não pode carregar isso junto consigo. A matriz energética brasileira não pode carregar o princípio desse mal consigo. Se isso continuar acontecendo, nós não podemos dizer que a nossa matriz energética é limpa. Isso não é limpo. Isso não é limpo.

Então, é o nosso pedido para que a CPI intervenha nesses locais.

Mais uma vez, muito obrigada a todos pela oportunidade aqui de estar fazendo esse testemunho.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom, nós agradecemos à Alexania Rossato, que esteve aqui conosco, representando o Movimento dos Atingidos por Barragens, dentro de uma série de audiências e de depoimentos que nós estamos colhendo, que tem um eixo, que é o eixo do recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) relacionado à existência de grandes obras.

Nós temos outros eixos de atuação também. Nós vamos atuar com a questão dos grandes eventos, que é um aspecto que tem que ser considerado; a questão das fronteiras também. Temos várias denúncias nesse sentido. Mas nós já tivemos, na semana passada, a presença e o depoimento da Conselheira Tutelar, da senhora, no dia de hoje. Na semana após a Semana Santa, no dia 2, nós estamos esperando o Dr. Antônio Carlos Oliveira, que é Diretor da Área de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social do Consórcio Construtor de Belo Monte. E também queremos chamar o Diretor-Presidente da Norte Energia, que é o consórcio que faz as concessões, é o consórcio, em verdade, responsável pelas construções, que faz as licitações. E nós queríamos também chamar o Diretor Presidente, que é o Duílio Diniz de Figueiredo para estar conosco aqui no próximo dia 2. O Sr. Antônio Carlos também estará na Comissão do Tráfico de Pessoas na parte da manhã. Estará aqui na terça, dia 2, às 14h30min.

No dia 3, na quarta-feira, às 14h30min, nós estaremos dando prosseguimento ao Requerimento nº 104 e estaremos escutando o representante dos bancos que financiam as grandes obras, os grandes empreendimentos, que é o BNDES, representantes do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

E, no dia 9 de abril, às 14h30min, o Requerimento nº 105 dará origem à audiência com a Sra. Maribel Correa Chenet e sua filha adolescente, que foi explorada sexualmente em uma boate em Altamira, Estado do Pará.

Na reunião que nós tivemos hoje, nós tivemos um pouco o retrato, um extrato do recrudescimento da exploração sexual, dos abusos sexuais, da violência sexual, qualquer que seja a sua matiz, com relação a crianças e adolescentes, os dados de Rondônia, Jirau e Santo Antônio, de aumento dos casos de estupros em mais de 400%; de aumento da gravidez precoce, do número de meninas em situação de gravidez precoce aumentou também por volta de 25%. Então, não há dúvida, no



nosso ver, não há dúvida de que há um recrudescimento da violação de direitos de crianças e adolescentes, particularmente da exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Deputado Jordy dizia, com muita propriedade, que isso é crônica de uma tragédia anunciada. Não se jogam 30 mil homens, 40 mil homens com remuneração no meio de absolutamente nada e se espera que ali não haja o nível de fragilidade dos direitos de crianças e adolescentes, da população como um todo e das crianças e dos adolescentes em particular.

Nós temos uma diligência aprovada para a região de Altamira e devemos providenciar o melhor momento, discutir o melhor momento para estarmos realizando essa diligência. Mas penso que, de toda sorte, é preciso que nós tenhamos o aumento dos meios, dos mecanismos de fiscalização dos novos empreendimentos. Porque é óbvio, quando se instala um canteiro de obra com essa quantidade de pessoas, que, muitas vezes, duplicam o tamanho da cidade, você vai ter uma série de novos empreendimentos comerciais que são vinculados e estão, em verdade, na esteira da realização das grandes obras.

É preciso que nós tenhamos mecanismos mais profundos de fiscalização. Até porque essa boate, segundo as denúncias da conselheira tutelar que esteve aqui conosco, essa boate que foi desbaratada — ali se encontrou situação de tráfico de pessoas, exploração sexual de adolescentes e também de mulheres, jovens adultas —, ela conseguiu um alvará de forma indevida, porque o alvará era para um restaurante, para um bar, e funcionava uma boate, que é outro tipo de empreendimento.

Por isso nós aprovamos também a convocação do Prefeito de Altamira, na perspectiva de que nós possamos trabalhar com maior rigor para a concessão de alvarás e também, com maior rigor, na fiscalização desses locais, desses empreendimentos, para que se verifique se ali não está sendo palco, aquele local não está sendo palco de um processo de violação de direitos.

Nós precisamos também de trabalhar na perspectiva da construção de mecanismos de denúncia. Nós temos o Disque 180, de violência contra a mulher; temos o Disque 100, que atinge a violação de direitos de uma forma mais ampla,



mais genérica; mas é importante que nós possamos fazer com que as pessoas possam denunciar.

Porque tivemos ali, no caso da boate, uma jovem que fugiu, que se evadiu e, a partir daí, ela buscou, através do Conselho Tutelar, enfim, fazer uma série de denúncias. E houve, portanto, esse processo de desconstrução ou de enfrentamento àquele local e àquele espaço.

Outro elemento que nos parece estar bastante claro é que nós temos uma migração das rotas, ou seja, a fala dessas adolescentes, parte delas dizia que elas foram capturadas ou foram... Enfim, elas entraram em uma *van*, dirigiram durante vários dias, ou viajaram durante vários dias. Não dirigiram. Viajaram durante vários dias no Rio Grande do Sul. Elas moram no Rio Grande do Sul e foram identificadas, foram coagidas, assediadas no Rio Grande do Sul para irem para o Pará. Então, portanto, há um deslocamento das rotas, tendo como finalidade chegar aos locais que são locais onde existem condições propícias para o desenvolvimento e o fortalecimento da exploração sexual.

É muito importante que a gente já tenha um mapeamento das rotas. Nós temos mais de 240 rotas de exploração sexual de criança e adolescente aqui, no Brasil, identificadas e é muito importante que nós possamos ter um processo de fiscalização maior para essas rotas.

Mas, além disso, é fundamental que nós possamos assegurar serviços públicos de qualidade naquelas regiões e que a comunidade tenha capacidade de escutar...

Eu sei que as empresas, elas estão destinando recursos para uma contrapartida — digamos assim — social em função do impacto para a efetivação das grandes obras. Só que, na leitura que nós estamos tendo, existe um rastro de destruição, de rompimento de vínculos que desestruturam relações já consolidadas. Então, portanto, há uma desestruturação das relações que vai se expressar em várias formas de violência, inclusive na violação de direitos de crianças e adolescentes, que envolve ou que representa uma série de violências.

Eu penso que a violação, a exploração sexual significa, via de regra, ela está associada à pobreza, mas não é a única variável. Mas ela tem uma associação com a pobreza e, ao mesmo tempo, portanto, é uma discriminação social, é uma



discriminação de gênero, étnica e adultocêntrica também. É como se a criança e o adolescente não fossem sujeitos, não tivessem direitos sexuais e pudessem apenas ser objetos do desejo ou objetos de relacionamentos ou de uma sexualidade adulta. Então, portanto, são coisificados e são desprovidos, nesse sentido, da sua condição de sujeito. Então, envolve, sem nenhuma dúvida... Nós percebemos que atinge muito... Porque as coisas são imbricadas também uma na outra, então, assim, nós temos... As discriminações étnicas também se expressam no segmento, ou tendo esses segmentos da sociedade como também uma discriminação ou uma desigualdade social muito intensa em função da nossa dificuldade de fazer o luto da escravidão ou do fato de termos dizimado os indígenas no nosso País no processo de colonização. Então, nesse sentido, ela envolve tudo isso.

Então, quando se enfrenta a exploração sexual, está-se enfrentando e se desconstruindo o tecido de muitas relações que são subalternizantes para a população que historicamente foi vulnerabilizada neste País. Ao mesmo tempo, nós também entendemos que é uma cadeia de dominação. Ou seja, as meninas que não têm como viver com dignidade, que entram na exploração sexual ou são jogadas na exploração sexual pela pobreza, uma vez vitimizadas, vitimizadas porque não são sujeitos da sua própria vida, dos seus próprios direitos sexuais, vitimizadas, mais uma vez, porque, via de regra, não são escutadas — a sua fala é negada: e se fala de várias formas, não apenas verbalmente —, e são vitimizadas, por fim, porque muitas vezes são culpabilizadas porque estão numa situação de exploração sexual. Então, veja quantas vitimizações essas meninas, essas adolescentes sofrem nesse processo.

Então, nesse sentido é que, penso eu, nós vamos continuar, nós vamos, então, para cinco — pelo menos cinco — audiências públicas, em que nós vamos estar discutindo essa questão específica do impacto das grandes obras, para que nós possamos daqui tirar novos marcos legais.

O que nós queremos, em verdade, é que nós tenhamos o mesmo rigor que se tem no licenciamento ambiental... Aliás, porque no licenciamento ambiental você tem a licença de instalação, a licença de início. Ele não é apenas um licenciamento. Você teria que ter um licenciamento social, que não deveria ser apenas a premissa para o começo da obra, a realização da obra, mas que deveria ter... Por exemplo,



olhem, isso que aconteceu nos arredores do canto de Belo Monte deveria ser um fato suficiente para questionar o licenciamento social desse consórcio, ainda que nós entendamos que o consórcio pode não ter responsabilidade direta. Mas ele tem que ser responsabilizado pelo que acontece a partir da sua ação, para que ele possa ter um funcionamento ou uma relação, uma atitude mais proativa.

Então, eu digo que nós deveríamos trabalhar com um licenciamento que é socioambiental. Mas, muitas vezes, o social fica diluído, diluído. Então, trabalharmos com isso, com regras muito estreitas, muito claras para que uma obra pudesse se instalar. Particularmente regras de proteção às crianças e adolescentes, que envolvam Conselho Tutelar, mecanismos de denúncia, mais rigor na concessão de alvará, mais rigor na fiscalização dos espaços de entretenimento, enfim, envolvam uma série de coisas, creches, envolvam uma série de equipamentos públicos. Mas que nós deveríamos ter um acompanhamento, não apenas uma licença primeira para a instalação, mas uma licença depois. De tempos em tempos deveríamos ter uma fiscalização de como andam as crianças e os adolescentes naquela região, para saber se aquela empresa pode continuar fazendo essa exploração, essa exploração ou esse empreendimento. Exploração, que eu falo, exploração do meio ambiente e tal, exploração econômica para a geração de energia.

Então, penso que a gente deveria trabalhar com esse mecanismo, com essa construção que é um marco legal, para que nós pudéssemos exigir: não se instala obra se não tiver Conselho Tutelar estruturado; não se instala nenhuma obra se não tiver escola integral; não se instala nenhuma obra se não tiver atividade para as adolescentes e para os adolescentes; não se instala nenhuma obra sem ter um controle dos estabelecimentos que vão sendo puxados na esteira da realização de um grande empreendimento.

Então, acho que a gente tem que trabalhar nisso e apresentar isso a nossa Relatora, que não está aqui, mas à sua assessoria, que aqui está presente, para que nós possamos trabalhar na perspectiva desta construção. E que saíamos desta CPI com algo a ofertar à sociedade na perspectiva de preservar o direito de as crianças serem crianças. Criança vítima de exploração sexual, ela é desumanizada, porque é impedida de viver a sua condição humana na infância ou na adolescência, que seja.



E, além disso, é muito importante que a gente possa também fazer um trabalho associado à educação, associado a essa decisão da Presidenta Dilma Rousseff de fazer uma campanha permanente de enfrentamento à violência doméstica, que eu acho extremamente louvável, porque nós precisamos enfrentar, com todos os mecanismos, essa cultura, para desnaturalizá-la. Nós teríamos que ter isso, particularmente, naquelas regiões, não é? Nessas regiões, tentar fazer um envolvimento da sociedade, fazer com que os vínculos comunitários se fortaleçam, enfim... E que nós possamos ter uma campanha permanente nesse sentido, para que nós possamos contar com a sociedade.

E, por fim, digo que me parece que seria importante que nós chamássemos aqui a Plataforma DHESCA, que fez esse levantamento. E eu acho que a gente já apresenta um requerimento para poder ser apreciado na próxima reunião, para quem fez o levantamento de todo o impacto dessas grandes obras.

Nós também poderíamos chamar o Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual, que tem trabalhado a questão das grandes obras, e alguns acadêmicos, que têm trabalhado isso: a Universidade de Rondônia e a de Mato Grosso, algumas universidades no Pará, que têm já um acúmulo nessa perspectiva, não apenas no diagnóstico. O diagnóstico é importante. Esse que nós vimos aqui hoje é absolutamente estarrecedor. É importante o diagnóstico, mas o diagnóstico nos dá uma profunda aporia, ausência de poro, se a gente não tiver no diagnóstico apenas um instrumento para discutirmos e apresentarmos as soluções para superação da violação. Senão, a gente fica na dor e no caos estabelecido pelo próprio diagnóstico. Então, a gente levantar algumas universidades que tenham...

Eu lembro que nós, na Comissão de Direitos Humanos, fizemos uma reunião, uma audiência pública que foi bastante ampla. Tinha umas 20 pessoas. Talvez fazendo dessa forma como nós estamos fazendo é melhor, porque significa ter menos pessoas em cada depoimento para que a gente possa se aprofundar mais. Mas a gente levantaria, então, chamaria a Plataforma DHESCA para... Apresentar, para a próxima reunião, o requerimento, a Plataforma DHESCA, chamar a universidade, a academia que discutisse isso, e o Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para que nós possamos trabalhar e aí construirmos.



Eu acho até, Deputado Jean Wyllys, que nós deveríamos sugerir ao Governo que o Governo fizesse um grupo de trabalho, na perspectiva de estar discutindo o conjunto das políticas públicas, o que lhe cabe, com a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Desenvolvimento Social, de Educação, de Cultura, enfim, que pudesse apresentar um plano para os locais. Nós temos a transposição do Rio São Francisco, nós temos tantas grandes obras pensadas neste País, que elas, como disse bem a Alexania, não podem vir na perspectiva de deixar um rastro de violação e de dor, particularmente nas nossas crianças e nossos adolescentes. Acho que também deveríamos sugerir ao Governo que criasse esse grupo de trabalho para pensar ações na perspectiva de evitar que nós tenhamos esse quadro que nós estamos constatando aqui no dia de hoje, como constatamos na reunião da semana passada. Então...

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Quando recebemos a Tereza Campello, a gente já havia sugerido... A Ministra de combate à miséria, a Tereza Campello, nós já havíamos uma relação entre a SEPPIR, Secretaria da Igualdade Racial, a Secretaria da Mulher, a Secretaria de Combate à Pobreza, a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Educação no enfrentamento conjunto dessa questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, por conta dessas variáveis todas, sem esquecer uma variável, que a Deputada Erika não falou, que é a variável da identidade de gênero. Aliás, você falou da identidade de gênero, mas não falou da questão da orientação sexual, que também vulnerabiliza as crianças e os adolescentes. Então, é um fenômeno complexo que tem que ser observado nas suas diferentes faces, para ser enfrentado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É porque, particularmente no abuso, a exploração sexual vitima muito mais meninas do que meninos, ainda que tenhamos também a existência de meninos sendo vítimas da exploração sexual. Mas abuso sexual, então, é muito nítido isso... Essa relação é uma relação que atinge muito mais as meninas do que os meninos, que também vai dizer isso de os homens se sentirem donos das mulheres, enfim, os ricos donos dos pobres, enfim... E o ser humano é coisificado e sugado, arrancado dele, despersonalizado, é despersonalizado, desumanizado, portanto.



Então, com esses esclarecimentos e essas sugestões que eu sugiro a nossa consultoria que possa já ir trabalhando nessa perspectiva, que o licenciamento social de instalação, de implementação, que seja periódico, que nós tenhamos também clareza de quem fiscalizará, porque é muito importante que a gente tenha instrumento de fiscalização. E, mais uma vez, lembrando que nós vamos apresentar esses requerimentos da Plataforma DHESCA, da academia e do Comitê, para que nós também possamos fazer a sessão do impacto das grandes obras. E, no dia 2, terça-feira, receberemos aqui o Sr. Antônio Carlos Oliveira, Diretor da área de qualidade, meio ambiente, segurança, saúde, ocupação na responsabilidade social do Consórcio Construtor de Belo Monte, também o Diretor Presidente da Norte Energia, que foi quem ganhou a concessão para a construção da hidrelétrica no Município de Vitória do Xingu e que está sendo construída pela empresa que será representada aqui pelo Dr. Antônio Carlos, isso para o dia 2, terça-feira. Para o dia 3, quarta-feira, às 14h30min, representantes dos bancos, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica e, no dia 9, a mãe, a adolescente e a sua mãe, Maribel Correa Chenet, foram vitimadas, que foi vítima, essa adolescente, da exploração sexual nessa região de Altamira, Vitória do Xingu, enfim, nas imediações dos canteiros de obra de Belo Monte.

E eu agradeço mais uma vez a presença do Deputado Jean Wyllys, Deputado Paulão, Deputada Antônia Lúcia, Deputado João Campos, que acaba de chegar, e agradeço a presença da Alexania... Alexania. Alexania, eu vou acabar essa reunião sem falar o seu nome direito. Eu já chamei você de quatro nomes diferentes. Alexania Rossato, não é?

Pergunto ao Deputado João Campos se quer fazer uso da palavra.

Deputado Paulão? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Presidente, Deputada Erika, parece-me que nós não temos *quorum* para deliberar, e da pauta, de fato, consta um requerimento meu em face de um episódio lamentável. Os episódios todos que a CPI, sob a batuta de V.Exa., tem investigado, tem averiguado, enfim, são todos lamentáveis, mas esse, ocorrido na cidade de Quirinópolis, no meu Estado de Goiás, foi algo muito agressivo, porque o cidadão estava violentando a criança na praça pública, durante o dia.



E ocorreu algo que extrapolou, parece, também os limites da razoabilidade do ponto de vista da publicidade disso, porque uma senhora, uma vizinha, ao perceber o que estava acontecendo, registrou todas as imagens numa câmera, enfim, e parte da imprensa de Goiás divulgou todas essas imagens em televisão, em jornais. Um dos jornais, na capa do jornal, três das principais fotos.

Então, o fato em si, algo de descrição, não dá para descrever, mas me parece também que houve uma falta de bom senso em relação à cobertura desse episódio. É pena não podermos deliberar sobre esse requerimento hoje, mas agradeço a V.Exa. por ter pautado. Certamente será uma das nossas prioridades. Quero lhe agradecer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputado João Campos, nós vamos aguardar a próxima reunião — dia 2 será a nossa próxima reunião — para apreciar o seu requerimento, que é muito pertinente o requerimento, para que nós possamos realizar uma audiência pública e realizarmos também uma diligência no Estado ou na cidade para que nós possamos averiguar as situações e fazer as sugestões. Mas, sem nenhuma dúvida, no próximo dia 2, será a nossa próxima reunião, tendo em vista que semana que vem é uma semana muito curta, atípica. Nós vamos deixar a próxima reunião para o dia 2. E dia 2 nós teremos essa audiência pública e vamos estar também aprovando os requerimentos, uma vez que tenhamos *quorum* regimental. Nós precisaríamos de mais um Deputado ou Deputada para que pudéssemos ter *quorum* nesta reunião. Mas, por ausência de um Deputado ou Deputada, nós não atingimos o *quorum* e, obviamente, fizemos a audiência pública porque ela não tem a exigência do *quorum* regimental, ela pode se dar sem nenhum prejuízo e sem nenhum enfrentamento ao regimento. Mas, para deliberar sobre os requerimentos, nós precisávamos da assinatura de mais uma pessoa Assim atingiríamos o *quorum*.

Com a palavra a Deputada Antônia Lúcia.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Quero só corroborar com o Deputado João Campos, realmente, eu fiquei estarecida de ver o seu Requerimento nº 109, um fato gravíssimo, gravíssimo, Presidenta, eu considero gravíssima essa passagem que acaba de relatar aqui o Deputado João Campos, que a avó da criança tem esse vídeo, filmou esse vídeo. É de suma importância, como ela disse.



A Presidenta disse que na próxima semana, possivelmente no dia 2. É isso, Deputada? Presidente? Estaríamos tratando acerca desse assunto e, com a chegada de mais uma Parlamentar, com certeza nós vamos conseguir, Deputado João Campos, aprovar, porque é algo de extrema necessidade.

Essas crianças não podem mais ficar à mercê dessas pessoas... que eu considero essas pessoas extremamente desequilibradas. Vitimar uma criança em praça pública — seja em qualquer lugar que seja —, mas chega a ser um desacato às autoridades, ao Parlamento, enfim, à família, a tudo. Afronta a sociedade. E um caso desses está impune até hoje, a ponto que venha fazer uso da CPI para que as autoridades lá do Estado venham despertar e tomar providências contra uma aberração caótica dessas, que a sociedade do Brasil, quase em todos os Estados, possivelmente, as crianças são vítimas de uma forma, direta ou indireta de pessoas com essa conduta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É só para dizer que o requerimento do Deputado requer a realização de diligência em Quirinópolis, Goiás, para averiguar e acompanhar as investigações da criança violentada em praça pública e, se for o caso, a realização de audiência pública, conforme matéria publicada pelo jornalista Marcelo Tavares, do conceituado jornal *Diário da Manhã*, caderno *Cidades*, página 3, de 14 de março de 2013. É este requerimento que fica para a próxima reunião. E também o requerimento do Deputado Luiz Couto, que requer seja convidado o Sr. Leonardo Nunes, a fim de que seja ouvido em audiência desta CPI.

Mas como não temos *quorum*, vamos ter que encerrar esta reunião.

Agradeço mais uma vez a todos os Deputados e a todas as Deputadas que aqui estiveram.

Está encerrada a presente reunião.